



CONTRATO PREST. SERV. ESTRATÉGICOS DE TI

CTST/SURC/0154930/2025 (Nº SEI! 0154930)

## CONTRATO Nº 006/2025.121.C

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO AGIBANK S.A. E A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A., PARA A REALIZAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES DECORRENTES DE EMPRÉSTIMO PESSOAL CONSIGNADO, DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO AOS TITULARES DE BENEFÍCIOS PAGOS PELO INSS.**

O(A) **BANCO AGIBANK S. A.**, com sede na Rua Sergio Fernandes Borges Soares, Prédio 12, Bloco E- 1, Bairro Distrito Industrial, CEP 13.054-709, Campinas, SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 10.664.513/0001-50, neste ato representado(a) por seu diretor, Sr.(a) **DANIEL MONTEIRO DE FARIAS**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 43343407, expedida pela SSP SP e inscrito(a) no CPF sob o n.º 321.050.328-18, e por seu gerente jurídico, sr. **THIAGO CUBAS RIBEIRO**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 30023498, expedida pela SESP SP e inscrito(a) no CPF sob o n.º 310.078.128-77, doravante denominado(a), simplesmente, **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA S.A. – DATAPREV**, Empresa Pública Federal, inscrita no CNPJ nº 42.422.253/0001-01, com sede no Setor de Autarquias Sul – Quadra 1 – Bloco E/F, Brasília – DF, CEP 70.070-931, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **RODRIGO ORTIZ D'AVILA ASSUMPCÃO**, portador da Carteira de Identidade nº 9.706.309-5, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 105.508.858-03, e por seu Diretor de Relacionamento e Negócios, Sr. **ALAN DO NASCIMENTO SANTOS**, portador da Carteira de Identidade nº 1162741, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF sob o nº 658.950.021-53, doravante denominada, simplesmente, **DATAPREV**, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

*Considerando* que a **CONTRATANTE** firmou com Instituto Nacional do Seguro Social – INSS o Acordo de Cooperação Técnica – ACT n. 106/2025 para a realização das mesmas consignações objeto do presente instrumento;

*Considerando* que o ACT foi firmado em 16/04/2025, com vigência por 5 (cinco) anos.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de tecnologia da informação previstos no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a **CONTRATANTE** e o **INSS** necessários para operacionalização do disposto no artigo 6º, da Lei nº 10.820, de 2003, para realização de consignação de descontos nos benefícios pagos pelo INSS, cujo titular tenha contraído empréstimo pessoal consignado, operação com cartão de crédito consignado e/ou cartão consignado de benefício com a **CONTRATANTE**.

1.2. Integram este Contrato, como se nele também estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, de cujo inteiro teor as Partes declaram ter pleno conhecimento e aceite:

1.2.1. Anexo I - Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a **CONTRATANTE** e o **INSS** para a realização das mesmas consignações objeto do presente contrato (0133727);

1.2.2. Anexo II – Modelo de Negócio MDN/DIAE/1/2025 (0145867).

1.3. Em caso de divergência entre os documentos mencionados na cláusula "1.2", prevalecerão os mais recentes sobre os mais antigos, e os mais específicos sobre os mais genéricos, de acordo com a ordem de prevalência da lista acima, sendo o primeiro mais relevante que os subsequentes.

1.4. Em caso de divergência entre o Contrato e seus Anexos, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

1.5. Para realização das operações de crédito mencionadas no objeto deste Instrumento, a **CONTRATANTE** deverá assegurar que os beneficiários atendem a todos os requisitos legais para operacionalização das consignações.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EMPRÉSTIMOS E DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO

2.1. A **CONTRATANTE declara que**, observadas as normas aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional e respeitadas as suas programações orçamentárias, normas operacionais e política de concessão de crédito, **encontra-se devidamente autorizada pelo INSS** a conceder empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito consignado e cartão consignado de benefício aos titulares de benefícios, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

3.1. A DATAPREV por este Instrumento e na melhor forma de direito obriga-se e compromete-se a prestar, à **CONTRATANTE**, os serviços de tecnologia da informação descritos no Anexo I deste instrumento para realização das consignações.

3.2. Novos serviços relacionados ao objeto descrito na cláusula primeira deste Contrato poderão ser ofertados à **CONTRATANTE**, podendo ser incorporados no escopo da presente contratação mediante termo aditivo específico para alterar o Anexo II referido no item "1.2.2".

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. São obrigações da DATAPREV:

4.1.1. Prestação dos serviços conforme as especificações contidas no Anexo II deste Contrato;

- 4.1.2. Processar as consignações de descontos de acordo com o presente contrato e seu Anexo II;
- 4.1.3. Processar as glosas devidas, conforme previsto em normativos do INSS, informando à **CONTRATANTE**, por meio de arquivo magnético mensal, os respectivos valores, conforme detalhado no Anexo II;
- 4.1.4. Informar mensalmente à **CONTRATANTE** as parcelas consignadas e não consignadas, devidamente identificadas;
- 4.1.5. Gerar as informações do contrarrecibo para a **CONTRATANTE** efetuar o pagamento pelos serviços prestados nas condições estabelecidas na Cláusula Oitava deste Contrato;
- 4.1.6. Utilizar de forma específica a interface de programação – API e o Protocolo de Relacionamento Digital entre as Instituições Financeiras e a Previdência Social – Crédito Consignado, para troca de informações de forma exclusiva e intransferível entre a **CONTRATANTE** e a **DATAPREV**;
- 4.1.7. Fornecer o calendário de paradas programadas e enviar lembrete de confirmação da próxima parada programada com antecedência mínima de 48 horas;
- 4.1.8. Não agregar novos produtos e serviços sem prévio e expresso consentimento, por escrito, da **CONTRATANTE** ou entidades de representação, ainda que não incidam custos adicionais nos referidos produtos e serviços, exceto nos casos demandados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- 4.1.9. A Dataprev executará as atualizações tecnológicas e de segurança nos ambientes vinculados aos serviços prestados, sem ônus aos clientes, de acordo com as janelas de disponibilidade mais adequadas à continuidade do serviço.
- 4.2. São obrigações da **CONTRATANTE**:
- 4.2.1. Para inclusão de contratos de crédito no processamento da folha de pagamentos dos benefícios do mês corrente, a **CONTRATANTE** deverá enviar para a **DATAPREV**, de acordo com os prazos definidos pela normativa do INSS, solicitações contendo as informações dos contratos de empréstimos pessoal consignado, operações com cartão de crédito consignado (Reserva de Margem para Cartão – RMC) e operações com cartão consignado de benefício (Reserva de Cartão Consignado – RCC) em que os beneficiários autorizaram a consignação diretamente na sua renda mensal do benefício, observada a interface de programação - API;
- 4.2.2. Cumprir e fazer cumprir as normas expedidas pelo INSS e a legislação em vigor sobre a matéria, desde que assegurado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido;
- 4.2.3. Prestar todos os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Contrato quando solicitados pela **DATAPREV**, com a maior brevidade possível e dentro dos prazos solicitados pela **DATAPREV**;
- 4.2.4. Manter junto ao INSS, durante a execução deste Contrato, todas as condições de credenciamento, habilitação e qualificação exigidas para a sua celebração;
- 4.2.5. Providenciar toda a infraestrutura necessária para atender as necessidades de operações, conforme padrões e demais condições estabelecidas pela **DATAPREV**;
- 4.2.6. Obter as informações necessárias à consecução das operações objeto deste Contrato valendo-se, inclusive, dos dados fornecidos pelo respectivo beneficiário, em conformidade com a legislação vigente, atuando como responsável exclusiva pelos consentimentos obtidos junto ao beneficiário;
- 4.2.7. Caso a **CONTRATANTE** realize qualquer tipo de alteração societária durante a vigência do contrato, fica obrigada a notificar o INSS para que seja atualizado o Acordo de

Cooperação Técnica, encaminhando ao INSS a documentação requerida por aquela autarquia. Após a atualização do Acordo de Cooperação Técnica, a **CONTRATANTE** ficará obrigada a entregar cópia autenticada com firma reconhecida do respectivo documento de alteração à Dataprev.

4.2.8. Cumprir fielmente todas as obrigações assumidas no Acordo de Cooperação Técnica, qual seja o instrumento celebrado entre o **INSS** e a **CONTRATANTE** para a realização das mesmas consignações objeto do presente contrato.

4.2.9. Comunicar à **DATAPREV**, em no máximo 02 (dois) dias úteis da ocorrência do fato, quaisquer suspensões, impedimentos ou penalidades impostas pelo INSS à **CONTRATANTE** que impactem, prejudiquem ou desautorizem a realização ou o processamento das consignações ou de procedimentos acessórios ou a prestação de quaisquer um dos serviços objeto deste contrato.

4.2.10. Adotar os requisitos tecnológicos, além de atender aos requisitos técnicos de integração e segurança estabelecidos pela Dataprev para consumo dos serviços.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços, objeto deste Contrato, serão prestados por intermédio dos estabelecimentos da **DATAPREV**.

5.2. Os serviços de informática referidos no *caput* da **Cláusula** Primeira deste contrato poderão ser prestados e faturados em todas as unidades da **DATAPREV**.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO CREDENCIAMENTO

6.1. O relacionamento entre a **CONTRATANTE** e a **DATAPREV**, para efeito da gestão do presente Contrato, dar-se-á exclusivamente por intermédio do(a) área de BackOffice Consignado na primeira, e do Departamento de Gestão de Negócios – DEGN na segunda, as quais credenciarão os seus respectivos representantes.

6.2. O credenciamento aludido no *caput* desta **Cláusula** dar-se-á através de correspondência com assinatura digital entre as partes contratantes, no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir da data de assinatura do presente instrumento.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES E DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIA

7.1. Todas as comunicações relativas às questões administrativas do presente Contrato, serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas por carta protocolada ou notificação eletrônica com confirmação de recebimento e as questões técnicas através de solicitação cadastrada na ferramenta de suporte disponibilizada pela Dataprev pelo contato previamente informado pela **CONTRATANTE** em conta a ser criada após a assinatura do contrato.

7.2. As comunicações dirigidas à **DATAPREV** deverão ser encaminhadas aos seguintes endereços eletrônicos:

- institucional@dataprev.gov.br
- contratos.medicoes@dataprev.gov.br
- digc@dataprev.gov.br

7.3. As comunicações dirigidas à **CONTRATANTE** deverão ser encaminhadas ao

seguinte endereço eletrônico:

- [convenios@agi.com.br](mailto:convenios@agi.com.br);
- [juridico@agibank.com.br](mailto:juridico@agibank.com.br);
- [produtos.consignado@agi.com.br](mailto:produtos.consignado@agi.com.br)

7.4. As partes se comprometem a manter atualizados seus dados cadastrais, informando a outra sobre qualquer alteração.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO, DO FATURAMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

8.1. Pela execução dos serviços objetos do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a pagar os preços previstos no Anexo II do presente contrato.

8.2. Os preços no Anexo II incluem todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

8.3. Os preços constantes do presente contrato referem-se exclusivamente aos serviços de processamento incorridos por parte da **DATAPREV**, não estando incluso eventual cobrança referente aos custos operacionais por parte do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

8.4. O faturamento mensal dos serviços prestados será efetuado pela DATAPREV após o encaminhamento da confirmação da prestação dos serviços, por intermédio de fatura e boleto discriminativos emitidos contra a CONTRATANTE até o último dia útil de cada mês. Os pagamentos deverão ser realizados observando os seguintes prazos:

8.4.1. As faturas apresentadas até o 2º dia útil do mês subsequente à emissão das notas fiscais deverão ser pagas até o 10º dia do mês da apresentação. Caso o 10º dia do mês não seja dia útil, o vencimento será automaticamente transferido ao próximo dia útil.

8.4.2. As faturas apresentadas após o prazo previsto no item 8.4.1 deverão ser pagas em até 5 dias úteis após sua apresentação.

8.4.3. Os serviços serão prestados de forma independente e serão faturados preferencialmente de forma agregada. Ainda assim, a DATAPREV poderá, por sua conveniência e oportunidade, segregar os serviços em faturas separadas, que estarão discriminados nas mesmas.

8.5. A fatura emitida pela **DATAPREV** discriminará a data de vencimento, o serviço prestado, a sua quantidade, o preço unitário e o valor total, e estará acompanhada da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços, e será enviada para o seguinte endereço eletrônico: [nfe@agibank.com.br](mailto:nfe@agibank.com.br) e [convenios@agi.com.br](mailto:convenios@agi.com.br).

8.6. As partes deverão manter atualizados os endereços eletrônicos e físicos previstos neste instrumento, qualquer mudança deverá ser imediatamente comunicada à outra parte, sendo válidas para todos os fins de direito as comunicações enviadas para referidos endereços antes da comunicação de sua alteração.

8.7. Caberá à **CONTRATANTE**, através do representante aludido na Cláusula Sexta deste Contrato, notificar a **DATAPREV**, até o terceiro dia útil anterior ao vencimento da fatura, qualquer divergência verificada na execução dos serviços objeto do faturamento e que impeça a sua aceitação. Em caso de notificação, a **DATAPREV** apresentará os esclarecimentos devidos ou a definição do valor a ser ajustado no faturamento seguinte.

8.8. Ocorrendo atraso no pagamento da fatura, e desde que para tal não tenha

concorrido de forma alguma a **DATAPREV**, haverá incidência de correção monetária sobre o valor devido, nos termos do Anexo II deste Contrato.

8.9. Independente da atualização monetária constante do parágrafo anterior, persistindo o inadimplemento por parte da **CONTRATANTE** por mais de 20 (vinte) dias após o vencimento, ser-lhe-ão aplicados juros moratórios, pro rata die, a razão de 1,0% (um por cento) ao mês sobre o valor faturado. Não haverá incidência de juros sobre os valores controvertidos no caso da notificação prevista no item "8.6", devendo os valores incontroversos serem pagos conforme estabelecido nesta cláusula.

8.10. Ocorrendo atraso no pagamento, incidirá multa de mora de 1% sobre o valor faturado. Esta multa não será aplicada para os valores controvertidos no caso da notificação prevista no item 8.6.

8.11. A **DATAPREV** poderá efetuar a suspensão das operações de averbação após 90 dias de atraso no pagamento das faturas. Essa suspensão será notificada à **CONTRATANTE** e ao INSS com antecedência de 30 dias.

Após 45 dias de atraso no pagamento das faturas a **DATAPREV** emitirá comunicado alertando sobre o atraso.

Após 60 dias de atraso no pagamento das faturas a **DATAPREV** emitirá comunicado sobre a suspensão, caso não haja quitação do débito em até 30 dias.

Após a quitação dos valores devidos, os serviços de averbação serão restabelecidos em até 3 dias úteis.

8.12. A **CONTRATANTE** deverá informar as retenções obrigatórias de impostos e taxas antes do início do faturamento para garantir a correta retenção e valores do faturamento a ser enviado.

## 9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente Contrato é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica deste instrumento.

9.2. É condição suspensiva intercorrente a suspensão do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a **CONTRATANTE** e o INSS. Nesta hipótese, a execução do Contrato ficará suspensa até que o ACT retome a condição de válido e vigente.

9.3. É condição resolutiva expressa do presente Contrato a extinção, por qualquer forma, inclusive transcurso de vigência, do Acordo de Cooperação Técnica entre a Instituição Financeira e o INSS. Caso ocorra, será causa de rescisão de pleno direito.

9.4. O presente contrato será automaticamente prorrogado caso haja prorrogação da vigência do Acordo de Cooperação Técnica entre a **CONTRATANTE** e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

9.5. O encerramento da vigência do Acordo de Cooperação Técnica entre a Instituição Financeira e o INSS, assim como da presente contratação, implicará a descontinuidade dos serviços entre a Dataprev e a Instituição Financeira, com exceção da operação dos seguintes serviços, salvo determinação contrária do INSS:

9.5.1. Gestão das parcelas de empréstimos averbados durante a vigência desses instrumentos, de modo a evitar prejuízos ao beneficiário do INSS. Os descontos relativos aos empréstimos averbados até a data fim da relação contratual serão operados até o seu encerramento/exclusão, em conformidade com as regras estabelecidas na contratação;

9.5.2. Troca de Titularidade, de modo a não prejudicar operações em andamento durante a definição de descontinuidade de serviço.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS**

10.1. Os preços inicialmente contratados serão reajustados conforme o Anexo II do presente contrato.

10.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento utilizado no Anexo II, a **CONTRATANTE** pagará à **DATAPREV** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a DATAPREV obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de apostilamento ou termo aditivo.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TRATAMENTO DE INCERTEZAS E REEQUILÍBRIO**

11.1. As Partes se obrigam a adimplir as obrigações estabelecidas neste Contrato ainda que fatos supervenientes tornem o cumprimento do Contrato mais oneroso do que se podia razoavelmente esperar ao tempo da sua celebração.

11.2. Não obstante a cláusula 11.1, quando uma Parte comprovar que: (i) o cumprimento das suas obrigações contratuais se tornou mais oneroso devido a um evento que não poderia ter sido razoavelmente levado em consideração ao tempo da conclusão do contrato; e que (ii) o evento ou suas consequências não poderiam ter sido razoavelmente evitados ou superados, as Partes estão obrigadas, dentro de um prazo razoável do recurso a esta Cláusula, a renegociar os termos do Contrato de uma forma que permita a razoável superação das consequências do evento.

11.3. Caso as Partes consintam com a renegociação dos termos do Contrato e acordem novas condições razoáveis para ambas, deverão, obrigatoriamente, formalizar tais ajustes mediante assinatura de termo aditivo específico.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORÇA MAIOR**

12.1. Nenhuma das partes poderá ser responsabilizada pela falta de cumprimento de suas obrigações contratuais quando motivada por Força Maior a que faz menção o art. 393 do Código Civil.

12.2. Definição. Para os efeitos do presente Contrato, “Força Maior” significa a ocorrência de um evento ou circunstância (“Evento de Força Maior”) que obsta ou impede uma Parte de cumprir uma ou várias de suas obrigações contratuais decorrentes do Contrato se, e na medida em que, a Parte afetada pelo impedimento (“A Parte Afetada”) comprove:

12.2.1. que esse impedimento está fora de seu controle razoável; e

12.2.2. que não poderia ter sido razoavelmente previsto no momento da celebração do Contrato; e

12.2.3. que os efeitos do impedimento não poderiam razoavelmente ter sido evitados ou superados pela Parte Afetada.

12.3. Inadimplemento de terceiros. Quando uma Parte deixar de cumprir uma ou várias de suas obrigações contratuais devido ao inadimplemento de terceiro por ela contratado para

executar o contrato no todo ou em parte, a Parte pode invocar a Força Maior somente na medida em que os requisitos da cláusula 12.2 estiverem presentes tanto em relação à Parte quanto em relação ao terceiro.

12.4. Eventos de Força Maior presumidos. Na ausência de prova em contrário, presume-se que os seguintes eventos que afetarem uma Parte satisfazem os requisitos dos itens 12.1.1 e 12.1.2 da cláusula 12.1., e a Parte Afetada precisa apenas comprovar que o requisito do item 12.2.3 esteja satisfeito:

12.4.1. guerra (declarada ou não), hostilidades, invasão, ato de inimigos estrangeiros, mobilização militar extensiva;

12.4.2. guerra civil, motim, rebelião e revolução, intervenção militar ou usurpação de poder, insurreição, ato de terrorismo, sabotagem ou pirataria;

12.4.3. restrição monetária e comercial, embargo, sanção;

12.4.4. praga, epidemia, desastre natural ou evento natural extremo;

12.4.5. explosão, incêndio, destruição de equipamentos, interrupção prolongada de transportes, telecomunicações, sistema de informação ou energia.

12.5. Notificação. A Parte Afetada deverá notificar a outra Parte da ocorrência do evento dentro de um prazo razoável, assim considerado o prazo de 3 (três) dias corridos, contados a partir da data de sua verificação e comprovados até 7 (sete) dias corridos depois de sua cessação.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços previstos no Anexo II do presente Contrato poderão ser suspensos ou cancelados imediatamente por motivo de força maior, tais como, a suspensão/cancelamento do Acordo de Cooperação da Instituição Financeira com o INSS e ordem do INSS ou de autoridade judicial ou administrativa competente.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. A rescisão do presente Contrato poderá ser unilateral, na forma do item "14.2", ou antecipada, na forma do item "14.3".

14.2. A inexecução total ou parcial deste Contrato, por qualquer das partes, assegurará o direito de rescisão, se, após notificação para que a parte cumpra suas obrigações em 15 (quinze) dias, tal inexecução não for corrigida, respeitado o contraditório e ampla defesa.

14.3. Em caso de rescisão antecipada por necessidade da **CONTRATANTE** ou da **DATAPREV**, a Parte que deseja rescindir deverá notificar a outra Parte formalmente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e o cancelamento obedecerá a regulamentação estabelecida pelo INSS, com exceção do caso mencionado na cláusula "8.11".

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE

15.1. As Partes obrigam-se a manter o mais completo e absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer Informações Confidenciais da outra parte a que tiverem acesso no curso da relação entre as partes ou como resultado dela, seja por meio de comunicações verbais, documentais ou pela visita às instalações e/ou contatos com clientes, fornecedores ou parceiros da outra parte, não podendo, sob qualquer pretexto, direta ou indiretamente, por si ou por terceiros, divulgar, revelar, tirar proveito, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento de tais informações a terceiros, ressalvados os casos definidos em lei ou por expressa determinação judicial.



15.2. Para fins deste instrumento, estabelecem as partes que a expressão “Informações Confidenciais” compreende quaisquer dados, documentos e/ou informações técnicas, comerciais e/ou pessoais de uma parte que a outra parte venha a ter conhecimento, acesso, ou que lhe venham a ser confiados, tais como, mas não se limitando a técnicas, fórmulas, padrões, compilações, invenções, planos de ação, relatórios de vendas, desempenho de publicidade, “know-how”, especificações, projetos, métodos e técnicas ou processos que tenham ou não valor econômico, efetivo ou potencial, inclusive em relação a outra parte e seus clientes, fornecedores, associados, distribuidores ou quaisquer outras pessoas, físicas ou jurídicas, com que a outra parte mantenha relações comerciais e/ou jurídicas. Também são considerados “Informações Confidenciais” os dados, textos, correspondências e quaisquer outras informações reveladas oral ou visualmente, independente do meio através do qual forem transmitidas, independentemente de indicarem esta natureza.

15.3. Se qualquer das partes vier a ser obrigada a revelar isoladamente quaisquer “Informações Confidenciais” para qualquer órgão do Poder Público, enviará prontamente à outra parte aviso por escrito com prazo suficiente para permitir a esta requerer eventuais medidas ou recursos apropriados. A parte revelará tão somente as informações que forem legalmente exigíveis e empreenderá seus melhores esforços para obter tratamento confidencial para quaisquer “Informações Confidenciais” que foram assim reveladas.

15.4. Na hipótese de término ou rescisão deste instrumento, por qualquer motivo, ou mediante simples solicitação de uma das partes, a outra parte concorda em lhe devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, todos os documentos da outra parte que estiverem em seu poder, sob pena de ficar caracterizado o esbulho possessório, independentemente de notificação.

15.5. As partes responsabilizam-se, por si e por seus prepostos, sob as penas da lei, pela utilização das “Informações Confidenciais”, obrigando-se à manutenção de sigilo e confidencialidade das referidas informações, respondendo civil e criminalmente pelo descumprimento das disposições aqui contidas.

15.6. Não se caracterizam como “Informações Confidenciais” as que (i) as partes comprovadamente tenham conhecimento previamente à assinatura do presente instrumento; (ii) que se tornem públicas sem que as obrigações de sigilo e confidencialidade aqui assumidas tenham sido violadas.

15.7. A obrigação de sigilo e confidencialidade prevista neste termo subsistirá mesmo após sua vigência, por prazo indeterminado.

15.8. Na hipótese de violação de qualquer disposição ou condição desta cláusula, será aplicada à parte infratora multa não compensatória no montante de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), sem prejuízo de eventuais perdas e danos, desde que efetivamente comprovados, à parte prejudicada.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – REQUISITOS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

16.1. As partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e/ou órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, além das demais normas correlatas e políticas de proteção de dados existentes no âmbito interno das contratantes.

16.2. Para os fins deste **CONTRATO**, considera-se a **DATAPREV** como agente de tratamento, no papel de **OPERADORA** de Dados Pessoais, no âmbito de sua respectiva atuação, e a CONTRATANTE e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como agentes de

tratamento, no papel de **CONTROLADORES** de Dados Pessoais.

16.3. São responsabilidades das partes:

16.3.1. Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais;

16.3.2. Proteger toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, assim como o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

16.3.3. Observar a legislação e normativos vigentes relativos à proteção aos dados pessoais e à privacidade dos titulares dos dados;

16.3.4. Observar e aplicar as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) aplicáveis ao objeto do presente Contrato;

16.3.5. Realizar o tratamento de dados limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado;

16.3.6. Utilizar os dados pessoais somente para a prestação dos serviços especificados no objeto da presente contratação;

16.3.7. Manter os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exigir dos seus colaboradores, que de qualquer forma tratem os dados pessoais, a observância desta obrigação;

16.3.8. Limitar o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de executar as atividades relacionadas ao objeto do contrato.

16.4. São responsabilidades da **CONTRATANTE**:

16.4.1. Informar à **DATAPREV**, o representante competente responsável pelas decisões referentes aos tratamentos de dados pessoais, conforme disposto no art. 41 da Lei nº 13.709/2018;

16.4.2. Na ausência de informação do representante pelos tratamentos de dados pessoais, o responsável será o signatário do contrato;

16.4.3. Restringir o tratamento dos dados pessoais no mínimo necessário à prestação do serviço, conforme previsto na LGPD, normas correlatas e boas práticas de segurança e privacidade.

16.5. São responsabilidades da **DATAPREV**:

16.5.1. Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no contexto da prestação dos serviços contratados, como Operador dos Dados Pessoais, conforme definições estabelecidas no art. 5º da Lei nº 13.709/2018;

16.5.2. Designar e informar à **CONTRATANTE**, preferencialmente antes do início do tratamento dos dados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, o seu representante que irá atuar como Encarregado pela Proteção de Dados (EPD/DPO), a quem competirá atuar como canal de comunicação entre a **CONTRATANTE**, a **DATAPREV** e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

16.5.3. Garantir o rastreamento dos dados pessoais sob sua custódia;

16.5.3.1. A responsabilidade da **DATAPREV** limita-se ao rastreamento dos dados enquanto estiverem sob sua custódia.

16.5.3.2. Armazenar os dados obtidos em razão desse contrato em banco de dados seguro, mantido em território nacional, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação

de acesso (*log*) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade estabelecida pelo **INSS** e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, salvo mediante autorização expressa do **INSS**;

16.5.4. Dar conhecimento formal aos seus empregados vinculados à prestação do serviço acerca das obrigações e condições acordadas neste Contrato;

16.5.5. Manter o mais absoluto dever de sigilo sobre as bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio cujos acessos foram previamente autorizados pelo Encarregado de Dados da **CONTRATANTE**, ou por quem este delegar;

16.5.6. Manter contato formal, por meio do seu “Encarregado” ou “DPO”, com o Encarregado da **CONTRATANTE** e do **INSS**, acerca da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, com a máxima brevidade, conforme Acordo de Nível de Serviços estabelecido, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO E DE INTEGRIDADE**

17.1. Cada Parte declara, por meio deste instrumento, que, na data de entrada em vigor do Contrato, ela própria, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer vantagem pecuniária indevida ou outra vantagem de qualquer tipo (ou insinuaram que farão ou poderão fazer qualquer coisa desse tipo a qualquer momento no futuro) de qualquer forma relacionada ao Contrato e que tomaram medidas razoáveis para evitar que subcontratados, agentes ou quaisquer outros terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência significativa, o façam.

17.2. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados ao Contrato e durante sua vigência e posteriormente, cumprirão e tomarão medidas razoáveis para garantir que seus subcontratados, agentes ou outros terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência significativa, cumpram todos os regulamentos, leis e legislação anticorrupção aplicáveis, bem como as seguintes disposições:

17.2.1. As Partes proibirão as seguintes práticas de corrupção em todos os momentos e de qualquer forma, em relação a um funcionário ou empregado público em nível internacional, nacional ou local, a um partido político, funcionário do partido ou candidato a cargo político, e a um diretor, executivo ou funcionário de uma Parte, quer essas práticas sejam realizadas direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceiros:

a) Suborno - oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer vantagem pecuniária indevida ou outra vantagem, direta ou indireta, para si, por ou para qualquer uma das pessoas listadas acima ou para qualquer outra pessoa, a fim de obter ou manter um negócio ou outra vantagem imprópria, por exemplo, em relação a concessões de contratos públicos ou privados, permissões regulatórias, tributação, alfândega, processos judiciais e legislativos.

I - O suborno pode incluir: (i) devolver uma parte do pagamento de um contrato a funcionários do governo ou do partido ou a funcionários da outra Parte contratante, seus parentes próximos, amigos ou parceiros comerciais ou (ii) usar intermediários, como agentes, subcontratados, consultores ou outros terceiros, para canalizar pagamentos a funcionários do governo ou do partido, ou a funcionários da outra Parte contratante, seus parentes, amigos ou parceiros comerciais.

b) Extorsão ou Solicitação - exigência de um suborno, associado ou não a uma

ameaça caso a exigência seja recusada. Cada Parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é incentivada a denunciar tais tentativas por meio de mecanismos de denúncia formais ou informais disponíveis.

c) Tráfico de influência - oferta ou solicitação de uma vantagem indevida para exercer uma influência imprópria, real ou suposta, com o objetivo de obter de um funcionário ou empregado público uma vantagem indevida para o instigador original do ato ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem de dinheiro - ocultar ou disfarçar a origem ilícita, a fonte, a localização, a disposição, a movimentação ou a propriedade de bens, sabendo que tais bens são produtos de crime.

17.3. Com relação a terceiros, sujeitos ao controle ou à influência significativa de uma Parte, incluindo, entre outros, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes alfandegários, consultores gerais, revendedores, subcontratados, franqueados, advogados, contadores ou intermediários semelhantes, agindo em nome da Parte em relação a marketing ou vendas, negociação de contratos, obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou quaisquer ações que beneficiem a Parte ou como subcontratados na cadeia de suprimentos, as Partes devem instruí-los a não se envolverem nem tolerarem que se envolvam em qualquer ato de corrupção; não usá-los como um canal para qualquer prática corrupta; contratá-los somente na medida adequada para a condução regular dos negócios da Parte; e não pagar a eles mais do que uma remuneração adequada por seus serviços legítimos.

17.4. A **DATAPREV** poderá, nos termos da legislação aplicável, proceder à verificação de integridade e compliance (Due Diligence) da **CONTRATANTE** em relação às obrigações de que trata esta Cláusula, incluindo diligências visando avaliar o cumprimento de todos os regulamentos, leis e legislação anticorrupção aplicáveis pela **CONTRATANTE**, sendo que esta se obriga a cooperar totalmente no curso das diligências aqui dispostas, o que inclui a apresentação de informações, documentos e preenchimento de questionários, sempre que solicitado.

17.4.1. O previsto no item 17.4 está restrito, em regra, ao processo de contratação relacionado a este Contrato e ao respectivo cumprimento das obrigações nele previstas ou dele decorrentes, ressalvadas as situações previstas no item 17.5.

17.5. A **CONTRATANTE** notificará, por escrito, a **DATAPREV** acerca do recebimento de qualquer notificação de qualquer entidade governamental –, notificação esta a ser efetivada o mais breve possível após ciência ou notificação formal da ocorrência de quaisquer procedimentos persecutórios, por qualquer dos poderes da administração pública direta ou indireta – relacionada a fatos ou investigações relativas a atos de corrupção, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula.

17.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada após a identificação formal de questões decorrentes das obrigações previstas nas Cláusulas 17.4 e 17.5 ou, conforme o caso, uma justificativa para não adoção de medida corretiva não tenha sido apresentada, a Dataprev poderá, a seu critério, suspender ou rescindir o Contrato, ficando entendido que todos os valores contratualmente devidos no momento da suspensão ou rescisão do Contrato permanecerão pagáveis, na medida do permitido pela legislação aplicável.

17.7. O descumprimento dessa Cláusula por uma das partes ou seus colaboradores, empregados e dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, será considerado infração grave e conferirá à outra parte o direito de rescindir de imediato o Contrato, ficando obrigada a eximir esta de quaisquer ações, perdas e danos decorrentes de tal descumprimento. Ainda, nessa hipótese de violação a qualquer legislação anticorrupção e de integridade, a parte que violou os dispositivos desta cláusula

ficará responsável por indenizar a outra contra todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta Cláusula.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. O presente contrato tem como fundamento o respeito à privacidade, bem como a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem do titular dos dados transmitidos nas operações necessárias à adequada execução do serviço objeto do presente instrumento, sem prejuízo de eventuais sanções decorrentes do seu mau uso ou da ausência dos cuidados necessários ao seu manejo.

18.2. Tolerância e renúncia. A tolerância de qualquer das Partes com relação à exigência do regular e tempestivo cumprimento das obrigações de outra Parte não constituirá desistência, alteração, modificação, ou novação de quaisquer dos direitos ou obrigações estabelecidos por meio deste Contrato, constituindo mera liberdade, que não impedirá a Parte tolerante de exigir da outra o fiel e cabal cumprimento deste Contrato, a qualquer tempo. Nenhuma renúncia a exercício de direito assegurado neste Contrato será válida, exceto se formalizada por escrito pela Parte renunciante.

18.3. Vinculação. O presente contrato vincula as partes e seus sucessores, não podendo ser objeto de cessão, seja ela total ou parcial, a qualquer título, salvo com mútua e expressa anuência.

18.4. Cláusulas independentes. Nos termos do artigo 184 do Código Civil, caso qualquer disposição deste Contrato for declarada ou considerada ilegal, inválida ou inexecutável em qualquer jurisdição, então as Partes deverão negociar de boa-fé para acordar uma disposição de substituição que seja legal e executória e seja o mais consistente possível com as intenções e benefícios econômicos e obrigações subjacentes à provisão original. Se o restante deste Contrato não for afetado materialmente por tal declaração ou descoberta e for capaz de um cumprimento substancial, então a legalidade, validade ou exequibilidade do restante não será afetado por tal declaração ou descoberta.

18.5. Relacionamento entre as Partes. Nada neste Contrato será considerado como um empreendimento conjunto, parceria, joint venture, associação, consórcio ou qualquer tipo de sociedade, incluindo, sem limitação, uma sociedade em conta de participação, entre as Partes, nem constitui a qualquer uma das Partes, o representante ou procurador da outra Parte para qualquer finalidade. O presente Contrato não será considerado como criando qualquer emprego ou outra relação entre uma Parte e os conselheiros, diretores, funcionários, contratados ou subcontratados da outra Parte. Cada Parte é a única responsável por todos os salários e outros pagamentos de seu pessoal, para fazer todas as deduções e retenções de seus salários e outros pagamentos e por pagar todas as contribuições, impostos e determinações exigidas pelas Leis aplicáveis. Cada Parte será a única responsável pela saúde e segurança de seu pessoal, bem como por qualquer dano e/ou má conduta relacionada ao seu pessoal. Cada Parte deverá defender, isentar e indenizar a outra Parte de e contra quaisquer custos, despesas, liquidações ou julgamentos, incluindo as taxas e desembolsos com advogados, relacionados a quaisquer reivindicações decorrentes da falta de conformidade ou falta de pagamento dessa Parte, das obrigações dessa Parte para o seu pessoal ou quaisquer outras obrigações trabalhistas e de segurança social dessa Parte.

18.6. Interpretação. As Partes reconhecem e acordam que, em casos de ambiguidades na redação, o Contrato será interpretado utilizando-se os seguintes parâmetros, em ordem de prevalência: (i) sentido confirmado pelo comportamento das Partes posterior à celebração do negócio; (ii) sentido correspondente à boa-fé; e (iii) sentido correspondente à razoável negociação das Partes sobre a questão discutida, inferidas demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das Partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração. As Partes acordam, ainda, em afastar a regra de interpretação de que

ambiguidades contratuais sejam interpretadas contra a Parte que a redigiu, incluindo seus termos aditivos.

18.7. Propriedade Intelectual. A celebração do presente Contrato não implica a transferência da titularidade e propriedade dos softwares previamente desenvolvidos pelas Partes, mesmo que venham a ser otimizados durante a vigência, sendo que tais direitos estão protegidos pela legislação brasileira aplicável à propriedade intelectual e aos direitos autorais, especificamente pelas Leis nºs 9.609 e 9.610, ambas de 1998.

18.7.1. Todos os direitos de propriedade intelectual dos processos e/ou produtos desenvolvidos antes da vigência deste Contrato também estarão resguardados na forma da legislação vigente.

18.8. As dúvidas surgidas na execução deste Contrato ou de seus Aditivos, deverão ser resolvidas entre as partes, no âmbito das suas respectivas atribuições e responsabilidades.

18.9. Declarações. As Partes declaram e garantem mutuamente, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, que:

18.9.1. exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração do CONTRATO e ao cumprimento das obrigações nele previstas;

18.9.2. não utilizam de trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

18.9.3. cumprem o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não possuindo em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(quatorze) anos.

18.9.4. não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

18.9.5. comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

18.10. Condenações Judiciais. A **CONTRATANTE** obriga-se a reembolsar a **DATAPREV** no valor de eventuais pagamentos decorrentes de decisão judicial imputados à **DATAPREV**, porém decorrente de ação ou omissão de responsabilidade da **CONTRATANTE**, derivados de ações judiciais cujo objeto esteja relacionado aos serviços prestados por meio do presente Contrato.

18.10.1. A **DATAPREV** encaminhará a Nota de Débito acompanhada das evidências da decisão judicial e de que os serviços ocorreram conforme os parâmetros estabelecidos por este Contrato ou pela **CONTRATANTE**.

18.11. Sanções. O descumprimento pela **CONTRATANTE** de quaisquer das obrigações assumidas neste instrumento que implique a execução irregular do presente serviço, tais como as consignadas nas alíneas “c”, “f”, “h” e “j”, do inciso II da Cláusula Quarta, ensejará a aplicação de multa de 10% do valor da fatura correspondente à competência em que ocorreu a infração, devidamente atualizado.

18.11.1. A efetivação da multa será mediante acréscimo ou desconto em fatura, conforme o caso.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. As partes elegem de comum acordo o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda da interpretação do presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.2. E por estarem assim justas e contratadas, refletindo o interesse comum capaz de atender as Partes, estas assinam o presente documento, dispensadas as assinaturas de testemunhas nos termos do art. 784, §4º da Lei nº 13.105/2015, desde já aceitando e reconhecendo a forma de contratação por meios eletrônicos, digitais e informáticos, quando utilizada, como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com a assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões da ICP – Brasil, desde que adequada para comprovação da autoria e integridade de documentos, nos termos do artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, em vigor no Brasil. O documento eletrônico poderá ser emitido em formato de documento portátil (“pdf”) ou qualquer outro meio destinado a preservar sua aparência gráfica digital e terá a mesma força e efeito da execução física, assinada em papel, considerando-se como a data de assinatura do contrato a data da última assinatura digital.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato eletronicamente, para um só efeito legal, considerando-se como data de assinatura do Contrato a data da última assinatura eletrônica.

**CONTRATANTE**

**DATAPREV**

Anexos:

- Anexo I – Acordo de Cooperação Técnica (0133727)
- Anexo II – Modelo de Negócio (0145867)

**\* Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários indicados em seu corpo, estando automaticamente invalidadas as assinaturas realizadas por usuários não indicados explicitamente no corpo deste documento.**



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL MONTEIRO DE FARIAS, Usuário Externo**, em 07/08/2025, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago registrado(a) civilmente como THIAGO CUBAS RIBEIRO, Usuário Externo**, em 07/08/2025, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alan do Nascimento Santos, Diretor(a)**, em 07/08/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ortiz D Avila Assumpcao, Presidente(a)**, em 19/08/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0154930** e o código CRC **8C317CDA**.

---

Referência: Processo nº 44129.004761/2025-26

SEI nº 0154930